



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150802 - PA (2021/0232424-8)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : SUELI CALDAS HENRIQUES (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por SUELI CALDAS HENRIQUES contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (HC n. 0804907-86.2021.8.14.0000).

A recorrente foi presa preventivamente por suposta prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Sustenta que a decisão que decretou a prisão preventiva carece de fundamentação idônea, tendo em vista que teria se baseado em elementos abstratos consignados em decisão padrão utilizada em outros processos e que não estariam preenchidos os requisitos autorizadores da custódia cautelar, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Aduz que a pequena quantidade de droga apreendida justifica a substituição da constrição corporal por medidas cautelares alternativas.

Alega a falta de contemporaneidade na decretação da medida constritiva, uma vez que os fatos teriam ocorrido em 27/11/2019.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da liberdade, com ou sem a imposição de medidas cautelares alternativas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, nota-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da prisão preventiva da recorrente, deles não se extraindo os traços de ilegalidade manifestos necessários para o deferimento da cautela requerida, consoante se colhe das seguintes passagens (e-STJ fls. 61/65):

[...]

O foco da impetração reside na alegação de que resta configurado constrangimento ilegal à liberdade da paciente em virtude de falta de fundamentação da decisão que decretou sua segregação.

Não há que ser dado provimento ao writ, pois denota-se, de tudo que dos autos consta, a inocorrência do alegado constrangimento, tendo em vista que se observa da decisão proferida pelo magistrado singular fundamentação suficiente à manutenção da custódia, não havendo, portanto, coação ilegal a ser reparada.

Ao contrário do que alega o impetrante, restou demonstrado que a prisão preventiva foi adequadamente motivada, com base em elementos

extraídos dos autos, ante não só a gravidade concreta da conduta da paciente, que de forma reiterada atua no comércio de entorpecentes, mas também mediante a possibilidade de que, em liberdade, volte a delinquir, o que efetivamente colocaria em risco a ordem pública, restando a decisão fundada no art. 312 do CPP, uma vez que presentes indícios de autoria e prova de materialidade do crime.

Ressalto, por oportuno, não haver ilegalidade na decisão que decreta e/ou mantém a prisão preventiva quando a mesma está devidamente justificada na garantia da ordem pública, que efetivamente se mostra vulnerada diante da potencialidade lesiva da infração praticada, como no caso dos autos.

(...)

Observa-se, do excerto ao norte colacionado, que a decisão que decretou a custódia cautelar da paciente, ao contrário do alegado pelo impetrante, apresenta devida e suficiente fundamentação à sua manutenção, fazendo o magistrado menção ao crime, em tese, praticado pela paciente, inclusive sua recorrência na prática de crimes da mesma natureza o que, ao meu ver, já demonstra a efetiva necessidade de resguardo da ordem pública.

(...)

Pude aferir, de tudo que dos autos consta, que as razões que fulcraram o decreto de prisão cautelar, permanecem íntegras ante a presença do fumus comissi delicti e do periculum libertatis, como bem fundamentado pelo magistrado a quo. Dessa feita, não vislumbro qualquer coação ilegal a ser reparada, pois, embora a nova ordem constitucional apresente a liberdade como regra, somente excepcionando aludido entendimento em casos estritamente forçosos, há de se ressaltar que a segregação cautelar não conflita com a presunção de inocência quando devidamente fundamentada pelo julgador a sua necessidade, como é o caso dos autos, onde o magistrado ressaltou a necessidade da medida excepcional de privação cautelar de liberdade para resguardar a ordem pública.

Ademais, o decreto cautelar cumpre também seu papel de evitar que criminosos, postos em liberdade logo após a prática do delito, se vejam estimulados a voltarem a delinquir, sendo certo, ainda, que a prisão, por si só, não afronta o princípio do estado de inocência.

(...)

Ressalto que o crime pelo qual a paciente está presa prevê pena em abstrato que varia de 05 a 15 anos de reclusão, não havendo qualquer violação ao que disposto no art. 313, I, do CPP.

Quanto à alegação de que o magistrado proferiu decisão genérica, que vem sendo adotada em diversos casos, independentemente do crime, tenho

que não se configura tal ocorrência, como se denota do excerto ao norte colacionado. Ademais, a adoção de modelos de decisão não se mostra, a meu ver, ilegal quando há a devida individualização de conduta, como no caso em apreço.
[...]

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência